

# UMA MATERIALIZAÇÃO DO DISCURSO CONSERVADOR SOBRE O FEMININO

Cesar Augusto de Oliveira Casella  
Universidade Estadual de Goiás, Campus Sul, Goiás - Brasil  
cesar.casella@gmail.com  
<https://orcid.org/0000-0003-0058-8935>

CAMPAGNOLO, Ana. **O mínimo sobre feminismo**. 1 ed. Campinas/SP: O Mínimo, 2022.

Esta resenha procura ler *O mínimo sobre feminismo*, de Ana Campagnolo (2022), a partir de uma abordagem discursiva e construindo uma análise que busca compreender os sentidos, isto é, os efeitos de sentido, que, conforme postula Cleudemar Alves Fernandes (2008), “são produzidos em decorrência da ideologia dos sujeitos em questão, da forma como compreendem a realidade política e social na qual estão inseridos” (p. 14).

Nesse sentido, a análise volta-se para o discurso, pois “a ideologia materializa-se no discurso que, por sua vez, é materializado pela linguagem em forma de texto; e/ou pela linguagem não-verbal, em forma de imagens” (Fernandes, 2008, p. 15). Esse aparato de leitura é que fará emergir da obra resenhada, a partir de enunciados selecionados, o seu caráter conservador sobre o feminino.

Na *Apresentação*, Ana Campagnolo (2022) explicita a sua compreensão do feminismo como uma ideologia que “conseguiu se tornar hegemônica”, pois “está em todo canto”, nas conversas de faculdade e de vizinhos, e contamina, “com alguma centelha”, o “modo de pensar ou agir” (p. 7). Além disso, ela argumenta que o feminismo “não é, como dizem, um movimento de libertação das mulheres” (p. 8), mas sim uma estratégia de revolução sexual.

É importante notar que, desse modo, o livro resenhado apresenta a mesma tese de *Feminismo: perversão e subversão* (Campagnolo, 2019) de que “a verdadeira identidade do movimento feminista” é a de uma “engenharia social e subversão cultural”, e não a de um “reconhecimento dos direitos civis femininos” (Campagnolo, 2022, p. 12). Trata-se da dispersão do mesmo discurso em textos diferentes.

Intitulado *Primeira onda*, o Capítulo 1 traz considerações sobre a chamada primeira onda do feminismo sob a perspectiva de que a vitória na luta sufragista e a inserção das mulheres no mercado de trabalho, fatos que marcariam o período, devem-se, no segundo caso, a “uma transformação social sem premeditação” (Campagnolo, 2022, p. 17) advinda da Revolução Industrial e, no primeiro caso, “uma concessão que só pôde acontecer porque o voto feminino se tornara um assunto irrelevante para a política” (Campagnolo, 2022, p. 22).

Além disso, esse capítulo traz “considerações importantes”, para os “casais que pretendem construir um projeto de vida juntos e visam abençoar os filhos”, acerca do “ingresso da mulher no mercado de trabalho e as alternativas que as feministas não querem que as esposas tradicionais adotem” (Campagnolo, 2022, p. 31). Em linhas gerais, Campagnolo (2022) advoga que a posição mais cômoda para a mulher é a de esposa e mãe, que cuidar da família é mais vantajoso do que se aventurar no mercado de trabalho, que o lar é o lugar em que “as mulheres imperam, mandam e controlam com facilidade e mais destreza do que os homens” (p. 49).

O Capítulo 2 é intitulado *Segunda onda*. Nele, Ana Campagnolo (2022) procura mostrar que este período, visto por vezes como de transmutação do movimento feminista, não difere do anterior, pois “a revolução feminista é uma e a mesma coisa que a revolução sexual”, cujo “caráter não é inerente apenas à Segunda Onda”, já que, “desde as suas primeiras manifestações, o movimento é marcado por líderes que defendiam e viviam em moldes libertinos e sexualmente subversivos” (p. 56).

Na perspectiva da autora, o período em questão só tornou “mais evidente o papel fundamental da liberação sexual no discurso feminista” (Campagnolo, 2022, p. 57). Assim, Ana Campagnolo (2002) interpreta Kate Millet como a “papisa da política sexual feminina” que ensina como “travar a guerra política por meio do sexo e da promiscuidade” (p. 63); Naomi Wolf como “uma das expoentes da defesa de uma vida libidinosa para as mulheres” (p. 66); e vê Margaret Sanger e Simone de Beauvoir como “os piores exemplos possíveis para as mulheres” (p. 67).

*O segundo sexo*, de Beauvoir, é considerada a obra inaugural da Segunda Onda feminista, e ganha um item só seu. Ana Campagnolo (2022) vê na obra da filósofa existencialista “aquele discurso habitual das feministas sempre tentando convencer a humanidade de que o seu sexo é indispensável, e o dos homens, não apenas dispensável, mas também detestável” (p. 72). Além disso, nessa leitura conservadora e estreita, Simone de Beauvoir “levanta-se claramente contra a moral cristã”, culpando a Bíblia, “em parte, pela condição de humilhação da mulher em relação ao homem” (Campagnolo, 2022, p. 78).

No capítulo 3, intitulado *Terceira onda*, a pretensão é demonstrar que o discurso feminista pretende aniquilar o “feminino”, tendo como principal arma “a desconstrução das identidades pela ideologia de gênero” (Campagnolo, 2022, p. 83). Agora é Judith Butler que ganha um item só para si. A obra da filósofa estadunidense é resumida como uma teoria em que “a condição e conceito de ‘feminino’ são artimanhas discursivas arquitetadas por uma sociedade masculinista e falocêntrica” e em que “o gênero – comportamento de cada sexo – e o próprio sexo não passam de produções, criações deliberadas dos homens para que pareçam ‘naturais’ ou ‘inevitáveis’, mas não o são” (Campagnolo, 2022, pp. 88-89).

Essa compreensão da obra de Butler – sintetizada como “teoria performativa de gênero” – é traduzida por Ana Campagnolo (2022) como uma proposta de

[...] que a participação na revolução sexual feminista se inicie com a negação da nossa identidade sexual (sexo) e com a adoção de posturas e comportamentos (gênero) que não se definiam nem para a masculinidade nem para a feminilidade, que nos tornemos todos nós uma réplica da própria Butler (p. 91-92).

Assim, a “teoria de gênero” é dada como uma “subversão dos sexos”, o que leva Ana Campagnolo (2022) a argumentar, na parte final do capítulo, que o corpo não é uma prisão e que “o sexo é um fato material” (p. 96), cuja finalidade direta é a reprodução (p. 102).

O último capítulo do livro é *O ódio ao cristianismo*. Nele, Ana Campagnolo (2022) conclui que há uma “aversão do movimento feminista à fé cristã, que é patente desde os primeiros textos feministas, desde suas primeiras líderes” (p. 116), e, o que seria pior, o feminismo faz parte de um projeto maior que visa atingir a própria “cultura ocidental, alicerçada no cristianismo e que preza pela metafísica” (p. 118).

Os enunciados recortados e dados a ver entre aspas nos parágrafos anteriores formam um *corpus* bastante evidente da formação discursiva presente no texto. A compreensão do feminismo como um movimento de subversão cultural e sexual, a negação da importância da luta sufragista, a desvalorização da entrada da mulher no mercado de trabalho, a condenação da liberalização sexual feminina e a utilização do termo “ideologia de gênero” são marcos fronteira do discurso conservador emanado da direita brasileira contemporânea.

A delimitação do discurso conservador passa também pela compreensão da produção e da circulação do texto em análise. Os direitos da edição pertencem ao Centro de Desenvolvimento Profissional e Tecnológico (CEDET), cujo sítio eletrônico (alocado em <https://www.cedet.com.br/>) traz poucas informações institucionais além daquelas legais, tais como o CNPJ, e daquelas mercantis, tais como os lugares onde se podem adquirir os livros produzidos. Entretanto, uma reportagem do Intercept Brasil, assinada por Juliana Sayuri (2021) publicada em 28 de agosto de 2021, traz informações relevantes sobre o CEDET, destrinchando o seu modelo de negócio e ligando-o ao bolsonarismo e ao olavismo.

É de se notar, nesse sentido, que tanto a editora quanto a coleção que abriga o livro de Ana Campagnolo (2022) chamam-se *O mínimo*, reverberando o título de uma das mais conhecidas obras de Olavo de Carvalho, *O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota*.

A partir da caracterização desse discurso conservador, um segundo movimento de análise é o de colocá-lo em relação às noções de simulacro (Maingueneau, 2008), de vontade de verdade (Foucault, 2014) e de dominação masculina (Bourdieu, 2022), para compreender os efeitos de sentido emanados da obra.

Em *Gênese dos discursos*, Dominique Maingueneau (2008) trata das noções de simulacro e polêmica discursiva que derivam de sua quarta hipótese, a de que a interincompreensão regrada é o processo que comanda a relação entre discursos antagonistas. Nessa hipótese, o antagonismo gera duas opções: a recusa total do outro discurso, através da exclusão

simples da polêmica, ou a tentativa de incorporar este outro discurso em sua grade semântica, integrando-o por meio dos simulacros, isto é, através da tradução depreciativa dos valores do outro a partir das próprias categorias semânticas de compreensão.

Isso porque:

Quando o espaço discursivo é considerado como rede de interação semântica, ele define um processo de *interincompreensão* generalizada, a própria condição de possibilidade das diversas posições enunciativas. Para elas, não há dissociação entre o fato de enunciar em conformidade com as regras de sua própria formação discursiva e de “não compreender” o sentido de enunciados do Outro; são duas facetas do mesmo fenômeno. No modelo, isso se manifesta no fato de que cada discurso é delimitado por uma grade semântica que, em um mesmo movimento, funda o desentendimento recíproco (Maingueneau, 2008, p. 99, grifos do original).

O espaço discursivo é um subcampo de um campo discursivo, uma operação metodológica ante a impossibilidade de estudar o universo discursivo, ou seja, a totalidade de discursos que interagem em dado momento histórico. Nesta análise, o espaço discursivo é formado em torno do “feminino”, pois o livro de Ana Campagnolo (2022), atuando por meio de simulacros, faz aparecer uma grade semântica – e uma formação ideológica – e dois posicionamentos discursivos que têm relações particularmente fortes: o feminista e o cristão.

A concepção do movimento feminista como uma “revolução sexual” é um simulacro. O termo “ideologia de gênero” é outro. Além desses, na superfície textual, aparece um simulacro na inversão da famosa fórmula de Simone de Beauvoir: na grade semântica de Ana Campagnolo (2022), “ninguém nasce feminista, torna-se” (p. 124).

Os simulacros instituem uma polêmica discursiva – tanto quanto uma posição enunciativa conservadora – no espaço discursivo do “feminino”, atuando também no estabelecimento de uma ordem discursiva, por meio do procedimento externo de exclusão do discurso que Michel Foucault (2014) chamou de “vontade da verdade”.

No conhecido *A ordem do discurso*, Foucault (2014) trata da regulação e da apropriação do uso dos enunciados em conformidade com as leis e normas regularizadas por relações de poder. A vontade de verdade, isto é, a oposição entre o verdadeiro e o falso, é um dos procedimentos que excluem outros discursos quando uma ordem discursiva – e uma relação de poder – pretende instituir-se.

Além dos simulacros, que, *per se*, tratam o discurso traduzido como falso, outros enunciados na obra de Campagnolo (2022) explicitam a vontade de verdade, tais como o que nega o feminismo como “um movimento de libertação das mulheres” (p. 8), o que se arvora a função de revelar “a verdadeira identidade do movimento feminista” (p. 12), o que apela para a existência de “inúmeras evidências [que] confirmam que a revolução feminista é uma e a mesma coisa que a revolução sexual” (p. 56).

A apropriação da estampa de *Rosie the Riveter* na confecção da capa também faz parte deste procedimento, pois a figura tornada icônica pelo feminismo ganha novo

sentido após a página final: uma feminista verdadeiramente feminina, que não se revolta “contra a natureza” nem encara “o próprio corpo como prisão”, que não renega “os próprios filhos” nem busca “assassiná-los antes mesmo que chorem pela primeira vez”, que não procura “um padrão lésbico forçado, apenas para ser atuante numa batalha contra os homens” (Campagnolo, 2022, p. 125).

Em conjunto, os enunciados que permitem caracterizar uma materialização do discurso conservador – de certo viés autoproclamado como cristão e verdadeiramente feminino – também permitem compreender aquilo que Pierre Bourdieu (2022) chamou de dominação masculina, bem como a presença da violência simbólica.

Pierre Bourdieu (2022) mostra como se dá a construção social dos corpos, masculino e feminino, e como “a divisão entre os sexos parece estar ‘na ordem das coisas’, como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável” (p. 22). Assim, “a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la” (Bourdieu, 2022, p. 24).

A dominação masculina é objetivada a partir de um esquema de oposições tidas como naturais e subjetivas (mulheres são mais baixas, fracas, úmidas, canhestras etc., enquanto homens são mais altos, fortes, secos, destros etc.) e subjetivada a partir de práticas tidas como normais e objetivas (as mulheres lidam melhor com a esfera privada, são mais dispersas etc., enquanto os homens lidam melhor com a esfera pública, são mais concentrados etc.), em uma relação circular, que une a objetividade à subjetividade e parece evidente.

Desse modo, para que a dominação masculina se mantenha, é preciso uma imposição da ordem do simbólico, é preciso participar de um esquema de categorias de pensamento construídas do ponto de vista dos dominantes, dadas a ver como naturais ou normais. O dominado passa a se pensar e a se ver como o dominante quer que aquele seja pensado e visto. Essa imposição é uma violência simbólica.

A violência simbólica se institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante (e, portanto, à dominação) quando ele não dispõe, para pensá-la e para se pensar, ou melhor, para pensar sua relação com ele, de mais que instrumentos de conhecimento que ambos têm em comum e que, não sendo mais que a forma incorporada da relação de dominação, fazem esta relação ser vista como natural (Bourdieu, 2022, p. 64).

Há uma construção da mulher como rainha do lar, feita no Capítulo 1, que é elucidativa da violência simbólica. Citando Chesterton – sem referenciá-lo e num procedimento de instauração de uma verdade em seu enunciado –, Ana Campagnolo (2022) estabelece que “as mulheres se identificam mais com a casa privada, e os homens, com a casa pública. As mulheres são universais, os homens específicos” (p. 45). Disso derivaria que, “historicamente, observando as dificuldades femininas, os homens buscaram abrandar a angústia das mulheres”, criando para elas “um mundo menor, onde tudo está ao seu alcance e a sua disposição: o lar” (Campagnolo, 2022, pp. 48-49). E o lar é o lugar onde as mulheres governam, soberanas.

A imagem materializada é a da mulher como rainha do lar, satisfeita de amar o seu marido e ser amada por ele, de ser protegida pelo homem e de cuidar dos filhos... O mínimo que se poderia dizer sobre *O mínimo sobre o feminismo* é que ele é um artefato de violência simbólica.

### REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, P. **A dominação masculina**: a condição masculina e a violência simbólica. 20. ed. Tradução de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro/RJ: Bertrand Brasil, 2022.
- CAMPAGNOLO, A. **Feminismo**: perversão e subversão. Campinas/SP: Vide Editorial, 2019.
- CAMPAGNOLO, A. **O mínimo sobre feminismo**. 1 ed. Campinas/SP: O Mínimo, 2022.
- FERNANDES, C. A. **Análise do discurso**: reflexões introdutórias. 2. ed. São Carlos/SP: Editora Claraluz, 2008.
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de Dezembro de 1970. 24. ed. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo/SP: Edições Loyola, 2014.
- MAINGUENEAU, D. **Gênese dos discursos**. Tradução de Sírio Possenti. São Paulo/SP: Parábola Editorial, 2008.
- SAYURI, J. Livros, canivetes e anjos.: A lucrativa máquina de vendas que financia Olavo de Carvalho e outras dezenas de figuras da extrema direita. **Intercept\_Brasil**. 28 de Agosto de 2021. Disponível em: <<https://www.intercept.com.br/2021/08/28/cedet-vendas-sites-olavo-de-carvalho-extrema-direita/>>. Acesso em: 27 out. 2023.